

# AFETIVIDADE DO CONHECIMENTO NA EPISTEMOLOGIA: a subjetividade das escolhas na pesquisa em Comunicação <sup>1</sup>

## KNOWLEDGE EPISTEMOLOGICAL AFFECTS: *choice and subjectivity in Communication Research*

Luís Mauro Sá Martino <sup>2</sup>  
Angela Cristina Salgueiro Marques <sup>3</sup>

**Resumo:** Este ensaio propõe uma reflexão sobre as relações intersubjetivas nos estudos de Comunicação, partindo das experiências de orientação de pesquisa em diversos níveis, de Iniciação Científica à Pós-Doutorados. O argumento é de que embora a Comunicação seja uma “Ciência Social Aplicada”, pesquisas na Área não têm na noção de “alteridade” uma categoria central. De um ponto de vista Positivista, a subjetividade é compreendida como um obstáculo para a pesquisa, na medida em que, local de cruzamento de emoções e afetos, se opõe à análise racional de qualquer coisa. No entanto, alguns epistemólogos argumentam, ao contrário, que não há conhecimento fora de condições subjetivas específicas. Este texto propõe que na pesquisa em Comunicação não apenas a subjetividade é uma condição fundamental, como a relação com a alteridade precede qualquer ação epistemológica.

**Palavras-Chave:** Epistemologia. Alteridade. Subjetividade.

**Abstract:** This essay, grounded on the everyday experience of BA, MA and PhD supervision, outlines some aspects of subjectivity in Communication Research. It argues that, although it is a ‘applied social science’, Communication studies not often take the notion of ‘alterity’ as a central category for research. It argues that, in Communication Research, subjectivity is the prime research condition, and the relationship with the otherness precedes any epistemological action. Historically, from a Positivist point of view, subjectivity as an obstacle for scientific research, as it would be the place for affects, emotions and everything that is contrary to the rational evaluation of anything. However, distinguished epistemologists such as Bachelard and Morin have argued, on the contrary, that subjectivity is a condition of scientific knowledge, as there is no ‘objective’ knowledge outside the conditions of knowing.

**Keywords:** Epistemology. Otherness. Subjectivity.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Epistemologia da Comunicação do XXVI Encontro Anual da Compós, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo - SP, 06 a 09 de junho de 2017.

<sup>2</sup> Professor do PPG em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Email: lmsamartino@gmail.com

<sup>3</sup> Professora do PPG em Comunicação Social da UFMG. Doutora em Comunicação Social pela UFMG. Email: angelasalgueiro@gmail.com

## 01. Introdução

Quando nossos alunos de pós-graduação nos procuram para falar das dificuldades enfrentadas na construção da pesquisa, sobretudo aqueles que realizam pesquisas empíricas cujos objetos são práticas e sujeitos cuja complexidade dos modos de vida desafiam qualquer teoria ou esboço metodológico, um livro de vertente etnográfica nos oferece elementos para boas conversas: *Corpo e Alma Notas Etnográficas de um Aprendiz de Boxe*, de Loic Wacquant. Em uma das primeiras notas de rodapé da obra, ele expressa seu encantamento pelo universo do boxe e pelos lutadores. Expressa também relances de conversas com Pierre Bourdieu, seu orientador de tese à época: “Pierre Bourdieu disse-me outro dia que estava com receio de que eu estivesse me deixando seduzir por meu objeto... Mal sabe ele que já estou para além da sedução” (2002, p.7).

A recorrência de dilemas políticos, éticos, afetivos epistemológicos e práticos que são apresentados por nossos alunos, associados à nossa própria dificuldade em construir com eles reflexões e análises capazes não só de representar o que foi apreendido via empiria, mas de acolher os afetos e as nuances da alteridade na escritura.

As reflexões propostas neste trabalho nascem das práticas epistemológicas na Área de Comunicação. Se as discussões epistemológicas costumam acontecer em lugares específicos, como no GT Epistemologia da Comunicação da Compós, em periódicos acadêmicos direcionados para essa temática, como a revista “Questões Transversais” ou, um pouco mais raramente, em livros, as práticas epistemológicas estão espalhadas em todos os momentos de pesquisa, nos quais é possível notar as ressonâncias do que é pensado e problematizado na Área.

Em termos específicos, o texto propõe reflexões a respeito das questões que envolvem subjetividade, alteridade, responsabilidade ética e acolhimento da alteridade na construção metodológica e realização empírica das pesquisas. O objeto explorado aqui não é sistemático, mas constante: trata-se das indagações e problematizações trazidas por pesquisadoras e pesquisadores nas reuniões de orientação. É, se a metáfora é válida, um trabalho “de consultório”, quase uma “clínica” da prática epistemológica, no qual são acionados, para a reflexão, os casos desafiadores propostos nas práticas de orientação.

Parte disso se condensa nas conversas informais sobre as atividades acadêmicas, que, no entanto, povoam o imaginário de pesquisadores e criam representações sobre a Área. O fato de ser um fenômeno altamente disperso não é motivo, entendemos, para reduzir ou suprimir sua importância na atividade de pesquisa: o modelo “indiciário” (Braga, 2008) auxilia neste ponto, sobretudo na medida em que se constitui como ponto fundamental na subjetividade dos pesquisadores.

Isso, evidentemente, se refere também a um trabalho reflexivo: a relação de orientação, tal como definida por Schnetzler e Oliveira (2010) ou Godim e Lima (2007), é sempre de uma troca dupla, e trazemos essa discussão para o debate como participantes dele, provocados pelas situações a refletir dialogicamente para sua transformação.

Eliminado o folclore que cerca as atividades de orientação – justificado, de alguma maneira, por certas práticas e atividades que, embora extrapolem as atividades de “orientação de pesquisa”, acabam no entanto sendo incumbência de orientadoras e orientadores –, é possível entender o momento das orientações como um espaço único de troca de ideias e problematização não apenas da pesquisa individual ou daquelas feitas em grupo, mas também da maneira como a pesquisa será construída. A prática epistemológica é entendida dessa maneira como o conjunto de reflexões tecidas a respeito do querer-fazer de uma pesquisa em contraste com as tramas de saberes tecidos nas discussões da Área.

Nos debruçamos, aqui, sobre a epistemologia presente no dia a dia da pesquisa. Como recorda Bachelard (1976, p.14), nos interessa aqui não o “vigoroso racionalismo da manhã”, com sua luminosidade objetiva do vigor da certeza, mas o “empirismo da tarde”, quando entra em cena a subjetividade do pesquisador que se vê às voltas com perguntas e questionamentos que podem ser tanto mais importantes para delinear a pesquisa quanto mais forem deixadas de lado, escondidas sobre um manto de cientificidade – cientificismo? – que insiste em se perpetuar no universo das chamadas Ciências Humanas.

Há uma considerável e bem-vinda discussão sobre as questões epistemológicas *per se*, mas parecem ser poucos os trabalhos que procurem pensar as condições da epistemologia na criação da pesquisa em Comunicação, dedicando-se, em boa parte, a favorecer a discussão teórica sobre a metodológica, que permanece uma discussão episódica na Área. Se os números servem de indício, há ao menos trinta e cinco livros sobre Teoria e Epistemologia em circulação, contra sete livros e alguns artigos sobre metodologias e sobre as práticas de pesquisa (Lopes, 1999; Santella, 2001; Baptista, 2003; Maldonado, 2006; Maldonado, Bonin

e Rosário, 2008; Maldonado, Máximo, Lacerda e Bianchi, 2012; Bonin e Rosário; 2013; Braga, 2005; 2010; Ferrara, 2014; Martino, 2016).

A epistemologia não existe fora de suas condições possíveis, ao mesmo tempo em que, pela sua própria existência, também é um questionamento transformador dessas condições. Não é possível, como recorda Ferreira (2003), entender o epistemológico fora do político. A essas duas dimensões é possível acrescentar uma terceira, interseccional: a subjetividade dos pesquisadores nas práticas epistemológicas.

É no cotidiano da pesquisa, no momento de escolher as “práticas”, que o vigor epistemológico e as contradições das políticas se relacionam com as intenções do pesquisador, criando, nessa tripla intersecção, o movimento dinâmico no qual uma pesquisa é, de fato, realizada.

Hyland (2012, p. 194), em um extenso trabalho sobre as relações entre identidade, subjetividade e condições institucionais de pesquisa, mostra uma série de estratégias de negociação entre a subjetividade dos pesquisadores e as práticas “objetivas” às quais é necessário se filiar para obter a participação na “comunidade acadêmica”.

As indefinições e impasses epistemológicos que permeiam os estudos de Comunicação não deixam de se manifestar no universo singular de cada pesquisa, de iniciação científica ao pós-doutorado, quando as questões deixam o espaço do debate epistemológico para se transformarem nas atividades efetivas do âmbito de pesquisa.

Nas atividades de orientação e pesquisa, bem como nas salas de aula, é possível observar a manifestação de problemas epistemológicos que, de outra maneira, talvez passassem despercebidos. Na velocidade das produções e atividades acadêmicas, nem sempre o espaço de discussão de uma pesquisa questiona seus fundamentos, muitas vezes caminhando a partir de trilhas percorridas, e o espaço de pensamento crítico se torna, em alguns casos, espaço de repetição e reelaboração.

É preciso, nesse sentido, voltar continuamente às questões fundamentais da Área para encontrar outras maneiras de pensá-las. À ilusão de que certas questões, por já terem sido feitas, estariam “respondidas” é necessário contrapor a realidade de endereçar continuamente essas perguntas. É esse movimento, aliás, que as torna fundamentais.

Assim, a cada nova pesquisa, reflexões fundamentais da epistemologia da Comunicação vem à tona: isto é um trabalho de Comunicação? Este objeto é próprio para a pesquisa na Área? Quais métodos e abordagens permitem construir um olhar comunicacional

sobre o objeto? Quais as relações entre o objeto de conhecimento e o objeto empírico? Se a Área vem se formulando essas questões há décadas e, portanto, elas podem parecer ultrapassadas a certos olhos, vale recordar que elas se impõe como desafio para cada pesquisadora ou pesquisador, estando, dessa maneira, em uma contínua renovação.

Mais ainda, é esse corpo de pesquisas que, em seu conjunto, vai formar o que se entende por “Área de Comunicação”. Mais do que qualquer definição técnica, teórica ou epistemológica sustentada *a priori*, é o conjunto de pesquisas de uma Área que permite observar quais são seus limites, potencialidades e desdobramentos – daí a necessidade de se pensar, em cada pesquisa, o que a liga ou viabiliza em termos de sua pertinência à Comunicação.

Este texto caminha paralelo a reflexões desenvolvidas anteriormente pelos autores, em vários espaços de interlocução (Martino e Marques, 2014; Martino, 2016). As discussões aqui presentes, portanto, buscam sintetizar, ampliar e desenvolver as discussões propostas nos trabalhos mencionados.

## 02. A subjetividade na construção da pesquisa

Uma das portas para se observar o “racionalismo da manhã” mencionada por Bachelard seria a relação de afeto estabelecida entre o pesquisador e sua pesquisa. O aspecto da subjetividade nas práticas de pesquisa costuma ser objeto de discussões nos livros e manuais de metodologia de pesquisa, na forma de uma pergunta que pode ser lida como um paradoxo insolúvel da gnosiologia: se o observador não pode sair do ponto de vista de sua singularidade subjetiva, qual é a validade de seu conhecimento e quais as possibilidades de compartilhá-lo com outros? De alguma maneira, essa questão recoloca a problemática do objetivo como oposição ao subjetivo. Não é essa abordagem proposta aqui.

Ressaltar o subjetivo na prática epistemológica não significa, de maneira alguma, voltar a essa discussão do ponto de vista da polarização encontrada, mas supor que, na anterioridade cronológica de cada proposta de pesquisa, existe um gesto afetivo presidindo a ação. Daí uma questão a respeito do modo como a pesquisa se inscreve na vida do pesquisador (Lopes, 2010): o ato de fazer uma pesquisa mobiliza não apenas as energias intelectuais e cognitivas do pesquisador, mas também, talvez sobretudo, um investimento

afetivo considerável no sentido de dispor de tempo, dedicação e esforço para se concentrar, talvez durante anos, em um único tema ou gama de conceitos afins.

É da subjetividade do pesquisador que decorre a atividade de pesquisa: é a partir de algo que o perturba, incomoda ou atíça sua curiosidade que se desenvolvem os temas e problemáticas de pesquisa. A sensação de incômodo diante de uma questão, seja de qual natureza for, coloca o pesquisador diante do questionamento de suas certezas no sentido de apontar para algo que não sabe e, justamente por isso, se torna o tema de sua pesquisa. Como sintetizam Barbosa e Hess (2010), toda pesquisa, em Ciências Humanas, é uma pesquisa sobre o próprio pesquisador.

Pesquisamos o que nos incomoda, nos atinge, nos afeta, seja como indivíduos, seja como membros pertencentes a um determinado grupo. A atividade de pesquisa, em termos subjetivos, tem sua origem no afeto relacionado ao tema. Esse afeto pode ter várias dimensões, da curiosidade intelectual até a ligação emocional / vivencial com determinado tema. Mesmo o interesse “intelectual” mencionado não deixa de ter uma face sobretudo afetiva (Thomas, 2010).

O impulso para a pesquisa, ao que tudo indica, nasce de motivações e inquietações subjetivas. Talvez se deva escapar, logo de saída, da perspectiva de um exclusivo amor ao saber (que nem por isso deve ser totalmente excluído de antemão). O interesse dos pesquisadores discentes de Mestrados e Doutorados está relacionado, ainda que parcialmente, pela possibilidade de uma carreira universitária (Inácio Filho, 2005).

A docência no ensino superior pode ser um dos motivadores, especialmente no caso de um tipo específico de aluna ou aluno que, desde a graduação, mostra direcionamentos nesse sentido, participando de Iniciação Científica ou fazendo elaboradas monografias de conclusão de curso. Trata-se, portanto, de uma escolha pelo ambiente de pesquisa.

A opção pela pesquisa nasce, portanto, de uma escolha que tem origem nas vontades e escolhas do pesquisador, uma disposição afetiva para o saber, em um sentido próximo ao vocabulário de Spinoza. Esse afeto, traduzido na forma de um “amor ao saber”, é também implicado nas condições e possibilidades de choque no contraste com outros afetos, as condições objetivas de elaboração da pesquisa. Trata-se, nesse sentido, do estabelecimento subjetivo de uma relação afetiva com o ato de pesquisar e com as instâncias a ele relacionadas.

Esse envolvimento afetivo é um dos elementos responsáveis por instigar a vontade de saber, a disposição em aprender e, efetivamente, a rever suas próprias disposições interiores a respeito não só do objeto e da prática de pesquisa mas, muitas vezes, também como visão de mundo – daí a experiência da pesquisa ter um potencial transformador em quem pesquisa, deslocando-a de certezas estabelecidas para dúvidas provisórias.

No entanto, ao mesmo tempo, parece haver igualmente uma série de elementos de risco a serem observados nesse contexto.

O apego a determinados temas ou perspectivas, a dificuldade que pesquisadoras e pesquisadores têm de formular recortes, abandonando definições ou deixando de lado temáticas, encontra algumas de suas raízes no gesto afetivo que preside a elaboração de um projeto de pesquisa.

Quando não é contraposta à racionalidade da prática de pesquisa, por mais questionável que a perspectiva de “razão” efetivamente seja, esse elemento afetivo tende a ter consequências nas práticas epistemológicas que se traduzem não só como o apego ferrenho a determinados pressupostos e pontos de vista como também procurando, em alguns casos, forçar os desenvolvimentos metodológicos e empíricos de maneira a oferecerem os resultados já esperados.

Mas quais as possibilidades de um conhecimento pautado em uma necessária subjetividade?

Em um texto a respeito da possibilidade de religiosos fazerem estudos sociológicos da religião, Pierucci (1992) sustenta que o interesse no tema é um impedimento *a priori* para o estudo, uma vez que trabalhos elaborados nessas condições seriam tendencialmente apologéticos, quanto não proselitistas. Ecoando Bourdieu (1980), Pierucci questiona a validade do conhecimento diante dos interesses: como “falar mal” da instituição à qual se está ligado? Essa perspectiva de distância pode ser lida, no entanto, como uma possibilidade de um desligamento da realidade vivida que talvez, nas práticas de pesquisa, signifique elaboração artificial de um lugar “de fora” da sociedade, uma possível “visão a partir de lugar nenhum”. A vivência seria um empecilho para a pesquisa – o lugar de fala dentro do campo científico se caracteriza por uma autonomia relativa que não pode ser estrangida por vínculos de outra ordem. O distanciamento procura não apenas destacar as características do campo científico enquanto espaço autônomo, mas é também uma premissa epistemológica na qual se ancoram as decisões conceituais e metodológicas.

No entanto, ao menos desde os anos 1990, diversos autores, como Bhabha (2006), Butler (2008) e Spivak (2008) apontam o caminho contrário. A vivência não só deve ser levada em conta como é uma das condições que possibilitam a elaboração de uma pesquisa.

O lugar de fala biográfico é também o lugar de onde emergem as preocupações de pesquisa: a subjetividade, a trajetória de vida, ganha importância na medida em que é a partir daí que aparecem os questionamentos que serão transformados, mais tarde, em perguntas de pesquisa (Rago, 2013; Klinger, 2016). O estudo do grupo ou do espaço social ao qual se está vinculado deixa de ser visto como impossível para se tornar necessário: a proximidade do sujeito pesquisador com o tema pesquisado é a condição para tornar uma pesquisa possível. Dessa maneira, o interesse na investigação de uma condição é subjetivamente afirmado pelo pertencimento a essa condição – em última instância, apenas pesquisadoras e pesquisadores afetados por uma determinada situação reúnem as condições para sua investigação.

Esse tipo de pergunta se objetiva, na “clínica da orientação”, em perguntas relacionadas ao lugar de fala dos pesquisadores. De um lado, a preocupação, por exemplo, de estudar a situação vivida: “Posso estudar a empresa aonde trabalho?” ou “Posso analisar o movimento no qual atuo?”, com a atuação e a biografia tornando-se, na explicitação do interesse, um impeditivo na constituição de um lugar de fala científico (um religioso não pode ser um sociólogo da religião, torcer para um time impede a pesquisa sobre comunicação e futebol). De outro, a proposta de pesquisa que é apresentada a partir de uma narrativa biográfica: a trajetória do sujeito pesquisador é polo de ignição da demanda de pesquisa ou seu catalizador (ex. apenas pessoas que sofreram “bullying” poderiam estudá-lo, vítimas de racismo o pesquisariam e assim por diante). O vínculo afetivo com o objeto, visto como empecilho na primeira perspectiva, torna-se condição na segunda – a biografia legitimaria o lugar de fala científico. Soma-se a isso, o dilema de construir um lugar “fora” da experiência analisada, recobrando-o dos princípios éticos considerados adequados para que os dados sejam devidamente colhidos e representados no texto (a experimentação, os afetos e sensações tornam-se aí objeto de anexos, profusas notas de rodapé e comentários bem humorados nas bancas de defesa).

O ponto de partida desse biográfico, que afirma ou nega o vínculo de conhecimento do outro, se manifesta em um segundo espaço: o vínculo com a alteridade, o qual, formado em uma trama intersubjetiva de aberturas e fechamentos, igualmente conduz a perspectiva epistemológica de uma pesquisa.



### 03. Da alteridade ao outro como “objeto”

A pesquisa nos coloca diante da alteridade. Na pesquisa em Ciências Sociais, o tema está sempre relacionado ao outro que nos desafia a pensar a relação existente entre um “eu” do pesquisador e esse “outro”: o trabalho de pesquisa, pensando a partir de Lévinas (2008), acontece no espaço do “nós”, que, como recorda o autor francês, não é a soma de mais de um “eu”, mas constitui um outro lugar de encontro.

Independentemente da postura epistemológica escolhida para o seu desenvolvimento, o trabalho de pesquisa pode ser entendido como um exercício de aproximação com o outro. Um outro que, tudo indica, é também o elemento responsável por desafiar o início de qualquer investigação – o impulso para a pesquisa depende, em alguma medida, da articulação responsiva diante de uma situação caracterizada pela presença, curiosa, instigante ou incômoda, do outro. Essa alteridade se apresenta de diversas maneiras, podendo a palavra ser interpretada de diversas maneiras, da mais metafórica à mais literal.

O “outro” da pesquisa, em um sentido mais amplo, implica a relação de objeto com vistas a um sujeito pesquisador: o “objeto de pesquisa”, o “objeto de conhecimento”, o “objeto empírico” e denominações semelhantes indicam esse ponto de vista de colocar a questão como exterior ao sujeito pesquisador. Nessa concepção ampla, a alteridade que a pesquisa impõe ao pesquisador pode ser entendida mesmo como o conjunto de elementos que se tornarão presentes no ato de pesquisar – os documentos, textos, conceitos e métodos se tornam, aos olhos do sujeito, uma alteridade com a qual será necessário lidar.

No cotidiano da pesquisa, no entanto, os constrangimentos institucionais de prazos e obrigações nem sempre permitem ver o outro dessa maneira. O encontro com a subjetividade na pesquisa aparentemente não pode ser tomado em equivalência com qualquer outro encontro, visto que ele acontece na situação metodologicamente controlada da pesquisa.

Duas perspectivas diferentes do que é “ciência” orientam essas perguntas. No entanto, a oposição que construímos aqui não se resolve com a escolha de uma ou outra: ao contrário, nosso argumento é que o modelo atual de pesquisa é formado por uma adaptação pouco elaborada entre ambas – nossas pesquisas, originadas em problemas subjetivos, são complementadas por métodos objetivos no encontro com a alteridade. A problemática

epistemológica deriva-se para a escolha metodológica e, nesse momento, recrudescer a perspectiva do distanciamento “objetivo” do pesquisador em relação ao seu objeto.

O afeto pela pesquisa se constitui como um dos polos norteadores da prática, e não é de se estranhar que outras instâncias da subjetividade povoem o espaço de pesquisa. Seria bordejar o psicanalítico observar como determinadas situações da relação de orientação, quando, por exemplo, pesquisadores que, em instâncias anteriores, demonstraram alta capacidade de pesquisa deixam de lado o impulso para pesquisar, deixando de lado oportunidades e mesmo, em certos casos, apresentando dificuldades para escrever. Essa dinâmica supõe que fatores subjetivos, muitas vezes excluídos do âmbito “sério” ou “prático” do ato de pesquisar, precisam ser levados em consideração no momento em que se pensam as atividades de pesquisa.

Como ressaltam Schnetzler e Oliveira (2010), uma das dimensões afetivas mais presentes na distribuição dos afetos do subjetivo é, por exemplo, a relação de orientação. A intensidade do vínculo estabelecido entre duas pessoas ao longo de uma atividade de pesquisa efetivamente não mobiliza apenas recursos cognitivos, mas também emocionais e afetivos na satisfação de verificar os desenvolvimentos da pesquisa – ou na frustração pelo contrário. Essa relação parece se tornar tanto mais patente quando, em razão das condições de produção de pesquisa, orientadores alargam o limite de suas atividades acrescentando ao espaço tutorial de uma investigação tarefas de encaminhamento técnico, burocrático e administrativo.

A alteridade, nesse momento, corre o risco de não ser compreendida como tal, mas como o “objeto” de pesquisa, do qual se extrairão “dados” ou “discursos” para serem analisados a partir de um “referencial teórico” que, de antemão, já qualifica essa o outro dentro de categorias: é parte de uma “classe social”, de uma “faixa etária”, um “gênero” ou “etnia”, para permanecermos no repertório das Ciências Sociais, espaço no qual a Comunicação se localiza.

Evidentemente o procedimento classificatório é um dos pressupostos do fazer científico, e a construção de características hermenêuticas um dos elementos que preside a operacionalização heurística da própria pesquisa. No entanto, a qual procedimento classificatório estamos nos referindo? O exercício de “classificar” a alteridade potencialmente se converte no exercício de redução do outro aos moldes teórico-metodológicos que orientam uma pesquisa. A nomenclatura “objeto”, neste caso, parece resistir às avaliações dos comitês de ética na pesquisa em um sentido talvez mais

gnosiológico do que epistemológico: a ideia de “estudar” e “entender” o outro, extraindo “resultados” a partir de métodos específicos.

Amplamente criticada do ponto de vista epistemológico, como destacam longamente Morin (2001) ou Santos (1998; 2010), é interessante notar sua persistência como método: os manuais de metodologia de pesquisa raramente dedicam algum espaço às questões relacionadas com a intersubjetividade existente no trabalho de pesquisa nas Ciências Humanas, dedicando-se fundamentalmente às demandas do “como fazer” para a obtenção de determinadas informações.

Se é possível jogar com os rótulos, o cotidiano de pesquisa muitas vezes se realiza no movimento entre teorias pós-modernas e métodos positivistas. Isso pode se refletir na prática, como indicado em outros momentos (Martino, 2016), como a distância entre as discussões dos “capítulos teóricos” e a operacionalização metodológica dos conceitos no momento da definição e análise do “objeto empírico”. A alteridade é reduzida ao “objeto”, ao “provedor de informações” ou de “discursos” a partir dos quais se complementa o que a pesquisa teórica já indicava.

Em termos mais estritos, concentrado no universo das chamadas Ciências Humanas, o outro se coloca como problemática imediatamente no momento de escolha de uma pesquisa: é a alteridade que será pesquisada, um outro entendido como sujeito, ser humano, o “semelhante dessemelhante” de cada um, nos termos poéticos de Octavio Paz.

É o estranhamento familiar diante dessa alteridade um dos elementos desencadeadores da pesquisa nas Ciências Humanas, que se apresenta à visão da pesquisadora ou pesquisador como uma presença conhecida e desconhecida, o “inquietante”, no sentido aproximado por Freud (2014) e que pode de alguma maneira ilustrar esse momento de incerteza diante do “objeto” quando este é constituído de seres humanos. A advertência de Lévi-Strauss (1998, p. 198) a respeito do problema de estudar a linguagem – “o estudo da linguagem tem o tamanho do estudo do ser humano” – se expande para o âmbito das Ciências Humanas. A pesquisa, nas Ciências Humanas, está diretamente ligada à subjetividade do pesquisador, responsável por constituir uma ligação com outra subjetividade.

Pesquisadores que diferem em inúmeros aspectos parecem concordar com a necessidade de questionar essa relação.

Morin (1996; 1998), ressalta a dimensão ensaístico-compreensiva da pesquisa sociológica, insistindo na necessidade de levar em conta que, na Sociologia, a relação entre

pesquisador e pesquisador é, antes de mais nada, uma relação entre sujeitos. É necessário, nesse aspecto, procurar sempre um “metaponto” de vista que implique o questionamento da pesquisa realizada, recordando que, na relação entre sujeitos, não há um “ponto neutro” para o observador, e apenas o “metaponto” de observação pode oferecer um parâmetro para se pensar os rumos da pesquisa.

Nas antípodas desse pensamento, mas abordando uma questão semelhante, Bourdieu (1980), ao mesmo tempo em que conitnuamente reivindica o estatuto de Ciência para a Sociologia, não deixa de lado a reiteração constante da necessidade de exame das condições de força a partir das quais emerge uma pesquisa. Seu comentário não é sobre a subjetividade de quem pesquisa, conforme trabalha Morin, mas a respeito das condições sociais de produção da pesquisa – por exemplo, nas implicações do campo científico dentro do qual se trabalha para a eleição de objetos mais ou menos “nobres” ou mesmo “científicos”, subjetivadas pelo pesquisador em seu “habitus” científico.

Embora situados em campos bastante diferentes, os dois autores sugerem a necessidade de se observar as questões relacionadas à subjetividade na pesquisa como um fator determinante nas possibilidades de conhecer, efetivamente, algo da sociedade na qual se vive.

Essa perspectiva está ligada, de algum modo, ao estudo das possibilidades de se fazer ciência – e o ponto de vista ético que se impõe, aqui, não está relacionado às considerações de respeito ou do componente especificamente moral de uma pesquisa, mas da própria condição de se conhecer alguma coisa no espaço das relações com o outro a ser pesquisado – o “ser pesquisador” já coloca, de saída, a perspectiva de um intervalo na direção do pesquisador. Entendida no aspecto relacional, a ética é um dos fundamentos epistemológicos da pesquisa, na medida em que é a partir dela que se desvelam as possibilidades de construção do conhecimento.

#### **04. A objetificação do pesquisador**

A Sociologia do Conhecimento dedicou e dedica um considerável espaço às questões propriamente externas das práticas do conhecimento. Vários trabalhos, hoje clássicos, se referem fundamentalmente à premência de fatores externos condicionantes da pesquisa

científica, em uma tradição inaugurada por Weber (2010) e seguida, em vertentes muito diversas.

No entanto, apenas recentemente se começa a pensar nas condições de subjetivação dos fatores objetivos, institucionais e políticos existentes dentro das práticas epistemológicas de construção de pesquisa. Ao que tudo indica, o tema da subjetividade de quem pesquisa continua sendo relegado a segundo plano dentro de um espaço de certezas fixas marcadas por uma persistente “objetividade” presente na noção de “conhecimento” em circulação na Área de Comunicação.

Projetos de pesquisa nascem do encontro entre as condições objetivas – leia-se, aqui, o dispositivo de poder com os quais as práticas epistemológicas se relacionam – e sua possibilidade de subjetivação pelo indivíduo interessado em “fazer pesquisa”, da Iniciação Científica ao Pós-Doutorado. Dentro dessas condições, há um longo aprendizado não apenas das práticas acadêmicas, na formação de um “habitus” no sentido de Bourdieu (1992), mas um processo que parece ir consideravelmente mais fundo na constituição do ser-pesquisador.

O engajamento com a pesquisa ocorre também em um nível altamente pessoal e subjetivo, costumeiramente negligenciado no âmbito das práticas sociais acadêmicas, que só se manifesta em momentos de tensão e ruptura – quando a magia existente entre o pesquisador e sua pesquisa se esvai diante dos constrangimentos técnicos epistemológico-institucionais decorrentes das próprias práticas da academia.

Isso não significa tecer uma série de invectivas contra a burocracia ou contra os procedimentos técnicos, evidentemente fundamentais nas dinâmicas de qualquer área. Não é a isso que nos referimos.

É possível notar a eclosão da questão quando os “modos de fazer” das práticas institucionais ganham proeminência diante das atividades de elaboração epistemológica. Os constrangimentos institucionais, em diversos níveis, às vezes parecem se escalonar em um conjunto de obrigações de caráter formal-burocrático (modelos, normas e regras a serem seguidos no momento da escrita e sua *mise em forme* representacional) que colocam em segundo plano as atividades-fim da pesquisa.

Nota-se, nesse ponto, um certo contraste, ou mesmo uma contradição interna, entre os discursos de questionamento de um *status* “científico” da Área de Comunicação, com uma insistente recusa e crítica – correta, a nosso ver – de um modelo “positivista” de Ciência e a adoção acrítica desse mesmo modelo. A busca pelo conhecimento sistematizado e bem

representado – ousaríamos dizer “apostilado” – parece se manifestar igualmente nas instâncias epistemológicas, nos momentos de elaboração da pesquisa.

A fluidez do conceito de “ciência” presente na Área de Comunicação parece contribuir, de alguma maneira, para esse estado das coisas. Adota-se e recusa-se, ao mesmo tempo, um modelo de Ciência. Há critérios de quantificação presidindo os quesitos de progressão acadêmica, exigências de produção, estratificações diversas de qualificação a partir de critérios que parecem demandar, na pesquisa em Comunicação, a adoção de um modelo “científico”, próximo ao visto na produção de países anglo-saxônicos – números, tabelas, gráficos, dados.

A rigor, o problema não estaria na adoção ou crítica desse modelo epistemológico em si; a questão é que esse padrão do fazer científico parece não se justificar dentro da pesquisa em Comunicação: a impossibilidade de produzir resultados mensuráveis, as próprias dificuldades metodológicas da mensuração quantitativa, vista na quantidade de pesquisas qualitativas da Área, a existência de uma gama de objetos diferentes que impede uma aproximação outra que não seja pela justaposição disciplinar – não estamos falando de “interdisciplinaridade” – desafiam os parâmetros de “cientificidade” da Área – pelos quais, por outro lado, ela é julgada e avaliada.

A modularidade do trabalho acadêmico, decorrente das próprias condições de formulação de conhecimentos dentro das Ciências Sociais e da Comunicação, apontam para um terreno de incerteza, nos diversos pontos de flutuação gnosiológica referentes ao estabelecimento da Área. No entanto, se isso acontece no nível epistemológico, ainda não teve lugar no modelo formal, e essa disparidade se objetiva, às vezes, em uma atitude dual, na qual o rigor do formalismo toma o lugar primeiro para sustentar a fragilidade epistemológica da Área.

“Fragilidade epistemológica”, vale lembrar, diante de um determinado modelo de “fazer ciência”, e não uma fragilidade em si: seria, nesse ponto, o mesmo que argumentar pela possibilidade de fazer uma “Ciência da Literatura”, com toda a carga semântica da palavra “ciência” sendo acionada para justificar a adoção de um determinado ganho simbólico para a Área.

Essas contradições podem escapar à percepção de quem está envolvido no momento de produção acadêmica. Sobretudo porque a reflexão epistemológica, recorda Signates (2013), não acompanha necessariamente as práticas da pesquisa.

Diante desse cenário, pode-se entender porque a busca dos “modelos” de formatação derivam para a busca de “modelos” teórico-metodológicos para a realização da pesquisa com garantias não só de que se está “fazendo certo”, mas também garantem a aprovação em bancas e a “facilidade” de realização do trabalho dentro dos “modelos”: há uma garantia da fórmula certa e consagrada, as “palavras mágicas” – muitas vezes, os conceitos em voga durante um período – para a realização da pesquisa. Como se o emprego de referenciais teóricos, geralmente de alta complexidade, fosse fruto de uma decisão anterior à exploração do objeto, tomando a “teoria” como um conjunto de postulados a serem “provados” pelo momento empírico da pesquisa.

Nesse cenário, não é raro observar-se também a conversão do objeto empírico em “exemplos”, ou o emprego acrítico, e por vezes formal, de referenciais teóricos complexos, para a análise de objetos. Cumpre-se, dessa maneira, com as exigências de um conhecimento objetivo ao mesmo tempo em que se deixa de lado a percepção de um modo de subjetivação específica do que significaria “fazer pesquisa”. O ponto se resume à “aplicação” dos modelos e fórmulas consagrados dentro de um determinado referencial acadêmico sustentado acriticamente devido ao seu valor simbólico estabelecido.

Isso leva a um outro ponto.

Os caminhos epistemológicos são definidos também, de maneira mais ou menos assimétrica, na relação de orientação, na qual o encontro de subjetividades é mediado por um terceiro ponto “objetivo” referente ao produto final de pesquisa a ser realizado. Nesse ponto, entram em cena as “genealogias acadêmicas” responsáveis pela filiação mais ou menos rígida a um ou outro modo de pesquisa responsável pela dinâmica de produção de verdades teórico-metodológicas aceitas, com mais ou menos críticas e restrições, nos espaços do ambiente universitário. Esse tipo de vinculação da pesquisadora ou pesquisador, de um lado, tende a garantir o ingresso e o reconhecimento em espaços acadêmicos que, de outra maneira, seriam de difícil acesso. Isso a Sociologia da Ciência vem documentando de várias maneiras.

No entanto, neste momento também entra em cena a subjetividade do pesquisador, confrontado, em sua decisão de saber, com as possibilidades e arranjos político-epistemológicos referentes a sua posição. Em alguns casos, quando o desacordo entre as expectativas e as possibilidades atinge níveis muito altos, chega-se ao ponto da ruptura: é o momento em que a pesquisa, vista anteriormente pelo pesquisador como um espaço de

descoberta, se torna uma atividade burocratizada nas obrigações explícitas ou implícitas no sentido de afirmação e sustentação de uma “verdade”.

Os níveis de sofrimento psíquico referentes a esse tipo de demanda costumam ser altos, e, de alguma maneira, são responsáveis também por criar e reforçar certa anedótica em circulação na Área sobre as dificuldades de fazer pesquisa, tornando a prática do conhecimento um fardo do qual o pesquisador quer se livrar o quanto antes, a qualquer custo.

### Considerações finais

Nos momentos problemáticos de qualquer investigação, para além dos parâmetros institucionais, aflora a subjetividade do pesquisador, muitas vezes visível na angústia que cerca os meandros da produção acadêmica – não por acaso, o folclore dos corredores universitários é eivado de relatos subjetivos das dificuldades colocadas pela pesquisa, ou na relação com colegas e orientadores, a ponto de ganharem proeminência diante dos elementos de investigação “científica” propriamente dito.

A própria apresentação da área acadêmica de Comunicação como “científica”, entendendo-se algumas vezes por “ciência” o pano de fundo de averiguação positivista, apresenta-se em certos casos como um fator que afeta a subjetividade dos pesquisadores, movidos nem sempre pelo desejo originário de saber, mas pela preocupação em adequar suas inquietações epistemológicas às demandas de um “fazer científico” ou “acadêmico”. Dessa maneira, as práticas altamente subjetivas da proposição de pesquisa se apresentam como formas “objetivas” de produção de um conhecimento “científico” em uma Área, ou mesmo uma “grande Área”, que parece não comportar esse tipo de procedimento.

Um dos resultados desse processo é a dissociação entre as perspectivas teóricas e metodológicas empregadas na Área. Como observado alhures (Martino, 2016), as “grandes teorias” empregadas na Área de Comunicação não se constituem em operadores metodológicos capazes de oferecer parâmetros para a produção de pesquisas. Nesse momento, os operadores conceituais em circulação na Área, por vezes adotados de maneira cognitivo-afetiva pelos pesquisadores, demonstram uma insuficiência ontológica em termos da análise dos objetos empíricos – o que talvez não possa efetivamente surpreender, dado que o objeto de conhecimento, nesse caso, também não se apresenta de maneira definida.



Observa-se, com isso, a emergência de uma questão: se a Comunicação é uma “ciência”, e como tal ela é tratada e definida nas instâncias político-institucionais, qual a resistência em definir pontos básicos? Ao mesmo tempo, dada a aparente ausência de consenso nessas definições, que oferece tanto espaço à elaboração subjetiva, qual a razão da insistência em tratá-la como “ciência”? Em termos da prática cotidiana, como aliar uma investigação teórica subjetiva e ensaística, predominante na Área, com as exigências de uma empiria objetiva vinculada a técnicas de coleta e análise de dados que raramente dialogam com os desenvolvimentos teóricos? As perguntas, recebida constantemente nos diálogos de orientação, sobre “qual autor devo usar?” ou “como redigir minha pesquisa de modo que não seja só a representação do vivido, mas também fazer reviver o experimentado?” sugerem uma tensão entre o “uso” desta ou daquela autora para “explicar” os dados empíricos e a própria elaboração, fabricação e criação da pesquisa via escrita.

O diálogo entre teoria e método pode desaparecer nesse ponto.

Hyland (2012, p. 17) destaca que a participação em uma comunidade acadêmica implica uma necessária, mas não simples, transformação nas condições de identidade do pesquisador. A adequação não se limita ao conhecimento das práticas epistemológicas deste ou daquele campo, mas, sobretudo, na negociação das práticas subjetivas do pesquisador com as formas institucionais-objetivas de produção do saber dentro da universidade. Nesse sentido, não só os rituais objetivos de passagem, mas todo o conjunto de práticas acadêmicas, como a aquisição de modos de falar, escrever e refletir, se interseccionam nas formas da pesquisa.

Como perspectiva, e proposta sintética do apresentado, talvez fosse necessário pensar que a operação relacional posta em marcha pela pesquisa em Comunicação deve acolher a alteridade, habilitando-nos a pensar, a ver e dizer diferentes mundos outramente, permitindo-nos fazer parte dos mundos que elas (operação e pesquisa) deixam entrever, permitindo-nos um tempo para encontrar um lugar em meio à modelagem representativa e à experimentação afetiva.

## Referências

- ALBUQUERQUE, A. Os desafios epistemológicos da comunicação mediada por computador. *Revista Fronteiras*. Vol. IV, n.2, Dezembro 2002.
- BACHELARD, G. **Epistemologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- BAPTISTA, M. L. C. Disciplinas Teóricas: de entulho de currículo a campo do desejo e autopoiesis. Trabalho apresentado no XXVI Congresso Anual da Intercom. Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003.
- BARBOSA, J.; HESS, R. **Diário de Pesquisa – O estudante universitário e seu processo formativo**. Brasília: LiberLivros, 2010.
- BHABHA, H. **The location of culture**. Londres: Routledge, 2006.
- BONIN, J.; ROSARIO, M. **Processualidades metodológicas**. Florianópolis: Insular, 2013.
- BOURDIEU, P. **Homo academicus**. Paris: Seuil, 1992.
- BOURDIEU, P. **Questions de Sociologie**. Paris: Minuit, 1980.
- BRAGA, J. L. Para começar um projeto de pesquisa. **Comunicação & Educação**, vol. 10, no. 03, set-dez 2005.
- BRAGA, José Luiz. A prática da pesquisa em comunicação: abordagem metodológica como tomada de decisões. **E-Compós**, Brasília, v14, n1, jan.-abr. 2010.
- BRAGA, J. L. Comunicação, disciplina indiciária. **Matrizes**, vol. 1, n. 2, abril, 2008, pp. 73-88
- BUTLER, J. **Gender trouble**. Londres: Routledge, 2006.
- FERRARA, L. D'A. A comunicação: da epistemologia ao empírico. Trabalho apresentado no **23o. Encontro da Compós**. Belém, maio de 2014.
- FERREIRA, J. Campo acadêmico e epistemologia da comunicação. In: LEMOS, A. et alli (orgs.) **Mídia.br**. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- FREUD, S. O inquietante. In: \_\_\_\_ **Análise de uma fobia de um menino de cinco anos e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 [1919].
- HABERMAS, J. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Lisboa: Ed. 70, 2008.
- HYLAND, K. **Disciplinary Identities**. Cambridge: CUP, 2012.
- INACIO FILHO, C. **A monografia na universidade**. Campinas: Papyrus, 2005.
- KLINGER, D. **Escritas de si, escritas dos outros**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016
- LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.
- LOPES, M. I. V. **Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Loyola, 1999.
- LOPES, M. I. V. A pesquisa e o ensino nas escolas de Comunicação. In: PERUZZO, C. M. K.; SILVA, R. B. **Retrato do Ensino em Comunicação no Brasil**. São Paulo: Intercom/Unitau, 2003.
- LOPES, M. I. V. Pesquisa em Comunicação: questões epistemológicas, teóricas e metodológicas. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, Vol. 26, no.1, Jan-Jun. 2004, pp. 13-39.

- MALDONADO, A. E. *et alli*. **Epistemologia, investigação e formação científica em Comunicação**. Natal: Ed. UFRN, 2012. Mannheim (xxx),
- MALDONADO, A. E. *et alli*. **Metodologias de Pesquisa em Comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- MALDONADO, A. E.; BONIN, J. A.; ROSÁRIO, M. N. **Perspectivas metodológicas em Comunicação**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2008.
- Marques e Martino, 2014; 2015;
- MARTINO, L. M. S. Da teoria à metodologia: um ensaio sobre a construção de projetos em Comunicação. **Revista Comunicação Midiática**, Vol. 11, no. 2, Ago-Dez. 2016 (prelo).
- MERTON, R. K. **Sociologia - Teoria e Estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- MORIN, E. **A cabeça bem-feita**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- MORIN, E. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- MORIN, E. **O Método 03 – O conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- PIERUCCI, A. F. Interesses religiosos dos sociólogos da religião. In: \_\_\_\_ ORO, A. P.; STEIL, A. C. **Globalização e Religião**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- RAGO, M. **A aventura de contar-se**. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.
- SANTAELLA, L. **Comunicação e Pesquisa**. São Paulo: Hacker, 2001.
- SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 2010.
- SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. Lisboa: Afrontamento, 1998.
- SCHNETZLER, R. P.; OLIVEIRA, C. **Orientadores em foco**. Brasília: LiberLivros, 2010.
- SIGNATES, Luiz. O que é especificamente comunicacional nos estudos brasileiros de comunicação na atualidade. In: BRAGA, J. L.; GOMES, P. G.; FERREIRA, J.; FAUSTO NETO, A. **10 perguntas para produção do conhecimento em comunicação**. São Leopoldo: Unisinos, 2013.
- SPIVAK, G. C. **In other worlds**. Londres: Routledge, 2008.
- THOMAS, B. **A filosofia e a felicidade**. Lisboa: Instituto Piaget, 2010.
- WACQUANT, L. **Corpo e Alma: Notas Etnográficas de um Aprendiz de Boxe**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- WEBER, M. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.